



A LUTA POR HABITAÇÃO EM MANAUS: considerações acerca da experiência do Movimento Orquídea

Alessandra do Amaral Sales¹

RESUMO:

Este trabalho visa esboçar aspectos do processo de urbanização da cidade de Manaus que culminaram com a segregação sócioespacial da população e a falta de moradia, pontuando a luta dos movimentos sociais na conquista do direito à habitação na cidade de Manaus, em especial, o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO e sua luta por moradia digna para a população de baixa renda, bem como, sua organização no processo de habilitação junto ao Ministério das Cidades para a construção de casas populares com recursos oriundos do poder público.

Palavras-chave:Urbanização;Habitação;Movimentos Sociais

ABSTRACT:

This paper aims to outline aspects of urbanization of the city of Manaus, in particular the spatial segregation of the population and homelessness, punctuating the struggle of social movements in winning the right to housing in the city of Manaus, in particular the Movement women for Housing Orchid - MMMO and their struggle for decent housing for low-income people, as well as your organization in the process of qualification from the Ministry of Cities to build housing with funds from the government.

Keywords:Urbanization; Housing; Social Movements

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: estagio.manaus@gmail.com



INTRODUÇÃO

A relação entre a urbanização² e formação das cidades sempre esteve presente na história da Humanidade, pois a partir dela determinaram-se novos padrões de uso do espaço do solo e das relações entre os homens e a natureza. A partir do final do século XVIII as cidades passam a receber as indústrias e a vivenciar o aumento de sua população, especialmente em virtude da migração da população do campo para a cidade, fato que vai contribuir diretamente, já no início do século XIX, para o surgimento de grandes aglomerações urbanas.

Diante desta nova configuração, as cidades tornam-se importante espaço de transformações do homem, refletindo diretamente na desqualificação de alguns espaços urbanos e no comprometimento dos recursos naturais que colocam em risco a sobrevivência do ser humano. As reformas necessárias no espaço urbano pautam-se, de um lado, no saneamento e embelezamento de certas partes das cidades e, de outro, no surgimento das áreas periféricas, destinada a população mais pobre.

Em Manaus, o aumento populacional, a falta de moradia e as formas alternativas de ocupação do espaço urbano que caracterizam a forma como se ordenou a cidade, tornaram-se o grande desafio dos movimentos sociais por moradia diante do estado brasileiro.

Assim, apresentar a experiência do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO na luta por moradia digna para a população de baixa renda da cidade de Manaus é o grande objetivo deste estudo, pontuando as discussões sobre o poder organizativo da sociedade civil e a forma como sua participação na esfera pública foi crucial para a obtenção da conquista da política de habitação consignadas no Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades.

² Aqui entendida como não sendo apenas o crescimento do número e do tamanho da população das cidades e da população urbana, mas também o predomínio de novos padrões do uso do espaço e das relações ambientais entre os seres humanos e seu entorno.



1. A urbanização de Manaus e os agravos da questão habitacional

No Brasil o modelo de urbanização adotado a partir das primeiras décadas do século XX segue os ditames do modelo europeu, pautando-se, de um lado, no saneamento e embelezamento de certas partes das cidades e, de outro, na expulsão dos pobres para as periferias, contribuindo para a adoção de um sistema de devastação da vida do ecossistema local, na medida em que árvores derrubadas e igarapés aterrados compuseram atos contínuos de governantes para construção de grandes avenidas, prédios, palácios e teatro em nome de uma “política de transformação do espaço urbano necessária”, como bem lembra Souza (2009, p. 40).

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, localizada na confluência entre os Rio Negro e Solimões, não foge a esta regra e adota, a partir de 1890, um modelo urbanístico que contribuiu significativamente para compor o quadro de disparidades socioambientais que hoje vivenciamos.

Em sua primeira expansão urbana, ocorrida nas últimas décadas do século XIX com o período áureo da borracha, Manaus reflete o pensamento geral brasileiro, apresentando-se como uma cidade apropriada para atender a demanda do capital internacional, advindo com a valorização da hevea brasiliensis e sua comercialização em nível mundial.

Assim a fim de atender a nova função a ela designada: ser a capital mundial da borracha passa por um significativo e aparente processo de modernização para ter condições de atrair para si novos investidores, a imigração, o capital e, conseqüentemente o consumo. Conforme afirma Oliveira (2003)

O espaço urbano que se produziu em Manaus no período de 1920 a 1967 não é único, pois está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados. (p.72)

Baseado em modelo europeu, a Manaus dos naturalistas vai tornar-se a Paris dos Trópicos a partir de um surto de urbanização garantido graças aos investimentos



propiciados pela acumulação de capital, via economia agrária extrativista exportadora, especificamente a economia do látex (DIAS, 2007,p.28). Nesta nova ordem o espaço urbano é pensado, construído e gerenciado favorecendo alguns segmentos sociais em detrimentos de outros, revelando o avesso da cidade das fotografias e cartões postais da Manaus do Fausto.

A necessidade premente das autoridades e do poder local era transformar a qualquer custo a paisagem arquitetônica e urbanística de Manaus aos olhos perceptíveis dos investidores financeiros internacional Assim o centro passa a ser pensado pelas autoridades como moradia da elite, das instituições públicas e do comércio, configurando-se como uma área imprópria para moradias populares, mendicância ou qualquer atividade que pudesse diminuir o embelezamento do espaço, conforme retrata Dias (2007) quando afirma

O desenvolvimento e o progresso da cidade foram acompanhados de um quadro muito grande de miséria [...] as marcantes contradições sociais existentes na cidade, que nos discursos do grupo dominante, aparece como farta, pacífica, harmoniosa e sem grandes males que afetam outras cidades. Fica evidente que a imagem da cidade oferecida ao mundo foi captada na exata proporção da finalidade. (p.118)

Com o advento do modelo econômico Zona Franca de Manaus a partir de 1967 sob a égide dos governos militares, ocorre um novo boom de modernização voltado, agora para o processo de industrialização. Não diferente do período da borracha, Manaus sofre um inchaço populacional com densidade tamanha, desencadeado pela vinda da população do interior do Estado para a capital, deixando para trás suas terras de várzeas na busca por acesso a políticas públicas e as benesses da industrialização. Scherer (2009) sobre isso aponta

Manaus possui, em 1970, uma população de 311.622 e em 2000, 1403.796 habitantes (Censo do IBGE, 2000). Ou seja, 30 anos após as transformações ocorridas no cenário urbano, o número de habitantes na cidade de Manaus cresceu em torno de 500%. Os dados oficiais indicam que Manaus foi à cidade que mais cresceu entre as 13 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de mais de 39% e, mais ainda, 90% de população do Manaus reside na área urbana.(p.2)

Esse processo de periferização, caracterizado pelo surgimento em massa de loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais precários e ocupações irregulares e



que transforma a política habitacional em um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo Estado e pela sociedade civil organizada, é apenas um reflexo da problemática do déficit habitacional na cidade.

Nota-se que as desigualdades refletem-se por todos os lados, revelando o antagonismo e as contradições latentes ao processo de produção e apropriação do espaço urbano em determinados momentos históricos, por isso deve ser apreendida ainda como um espaço de lutas, onde questiona-se o exercício da cidadania e o direito a cidade.

2. A luta por habitação em Manaus: o caso do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea

Os aglomerados, as favelas, os cortiços e bairros periféricos existentes no meio ambiente urbano, refletem claramente que as políticas públicas urbanas, desenvolvidas desde o fim da escravidão no Brasil, excluíram as populações mais pobres do direito à moradia digna. Estima-se que no Brasil cerca de 54 milhões de pessoas vivam em condições inadequadas de moradia (Censo, IBGE, 2007), corroborando a existência de uma parcela expressiva da população não possui recursos para adquirir uma moradia no mercado do setor privado, recorrendo aos parques investimentos destinados a produção de habitações de interesse social pelo setor público.

No Brasil a produção de habitação de interesse social³, além da Constituição Federal, tem sido balizada por princípios discutidos e acordados em instrumentos legais internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Agenda 21 (1992) Agenda Habitat aprovada em 1996 na 2ª Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, a Declaração do Milênio (2000) e a Declaração das Cidades e outros Assentamentos no Novo Milênio (2001).

Ocorre que apesar de todos os instrumentos legais o direito a moradia digna e, conseqüentemente, o direito a propriedade está sendo expropriado da maioria da população, reforçando a ideia de que no âmbito da sustentabilidade social, todas as

³ Aqui entendido como uma série de soluções de moradia voltada a população de baixa renda



ações voltadas para o combate a pobreza, os acordos e protocolos firmados internacionalmente, bem como, as ações cotidianas revelaram-se insuficientes.

Neste sentido a participação da sociedade civil organizada se faz primordial em virtude da luta pelo acesso a terra e por melhores condições de habitabilidade, sendo em virtude dela que se garantiu na Constituição Federal brasileira a inclusão do direito a moradia como direito social. Sua luta pauta-se na defesa da moradia adequada ao conceito de cidade sustentável.

No Brasil, os movimentos sociais que ressurgem a partir da década de 90 trazem consigo novas concepções e novas estratégias. Apresenta-se um novo modo de mobilização popular baseado no empowerment da sociedade civil organizada, propondo a construção de uma agenda emancipatória. Sobre isso Gonh (2010) afirma:

Eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes criadoras e inovações socioculturais (...). Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em 'fazer propositivos'(p.13 – 14)

No Brasil, os movimentos sociais de luta por moradia mostram seu poder organizativo desde a década de 70 e em virtude disso tem conseguido apresentar alguns avanços. Neste contexto muitos são os Movimentos Sociais na Luta pela Moradia que merecem destaque pelas várias conquistas já alcançadas, entre os quais podemos citar a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Central de Movimentos Sociais (CMP), o Movimento Sem Teto (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

Uma das conquistas mais recentes advindas da mobilização e da luta dos movimentos sociais refere-se a apresentação pelo Governo Federal do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV, que possui entre uma de suas vertentes, a execução, pelas entidades da sociedade civil habilitadas junto ao Ministério das Cidades, da política de habitação, através da construção de casas populares para famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00⁴.

⁴ Resolução 183 de 10 de novembro de 2011- Ministério das Cidades.



Manaus não foge a regra da luta organizada nacionalmente e tem demonstrado alguns ganhos na conquista do acesso a moradia digna em nossa cidade, sendo o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea um grande marco neste contexto, pois foia partir dele que , através da organização de um grupo de mulheres trabalhadoras do bairro Santa Etelvina⁵, cria-se no final dos anos 90 um grupo organizado de mulheres com o intuito de acompanhar as mulheres vítimas de violência doméstica.

Com o passar dos anos, percebeu-se que a falta de moradia constituía-se a principal causa de permanência das mulheres no ambiente violento, fazendo surgir em meados de 2002, o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea - MMMO, uma organização sem fins lucrativos que encampou a luta pelo direito a moradia digna.

Suas ações pontuais na luta por moradia digna refletem-se, inicialmente, com a organização de ocupações nas comunidades da zona Norte da cidade de Manaus, principalmente, aquelas localizadas no bairro Santa Etelvina e adjacências como as ocupações Deus é Fiel, Bom Jardim e Portelinha.

Posteriormente, com a criação, pelo Governo Federal, do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009 conseguiu habilitar-se junto ao Ministério das Cidades como entidade da sociedade civil apta para gerenciar a construção de casas populares na cidade de Manaus e Região Metropolitana do Estado, com recursos públicos advindos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Esse fato é histórico na luta dos movimentos sociais por moradia na cidade de Manaus, pois o MMMO é a primeira entidade habilitada com contrato assinado junto a Caixa Econômica Federal para a construção de 600 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida- Entidades que irão atender famílias com renda familiar de até R\$ 1.600, em três projetos de Loteamento Residencial Unifamiliar Orquídeas I, II e III.

Vinculado nacionalmente a União Nacional por Moradia Popular – UNMP⁶, o MMMO agrega no Amazonas cerca de 20 entidades de luta por moradia, sendo que delas 12 são coordenadas por mulheres, fortalecendo assim a tendência do novo modelo de

⁵ Bairro localizado na zona Norte da cidade com 10.200 habitantes (Censo. IBGE, 2010).

⁶ Entidade nacional que organiza e agrega várias entidades de movimentos sociais na luta por moradia no Brasil, com assento, voz e voto no Conselho das Cidades e no Fórum Nacional da Reforma Urbana.



associativismo adotado no Brasil a partir de 2000, quando organiza sua articulação em redes⁷.

É interessante pontuar que a luta do MIMO, assim como no resto do Brasil, refere-se a conquista da moradia, não apenas enquanto construção física, mas como espaço para a garantia de acesso a direitos básicos, bem como pela democratização da gestão pública, sendo o acesso a políticas que garantam a sustentabilidade da população uma constante, invertendo as prioridades administrativas que priorizam de forma visível apenas questões emergenciais. No interior do Movimento observa-se que a luta por moradia digna e equipamentos urbanos explicita o desejo de muitas famílias, de serem reconhecidos como cidadãos, um desejo de pertencimento à cidade, uma prática que representa determinação, coragem e ousadia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão habitacional sempre foi um dos grandes problemas urbanos que as cidades vivenciam. Além da poluição do ar, do solo, das águas, da produção em larga escala de resíduos sólidos, um dos maiores agravos ao meio ambiente urbano⁸ refere-se ao inchaço populacional e conseqüentemente o crescimento desordenado das cidades, provocando o processo de favelização.

A segregação sócioespacial na cidade de Manaus, resultado do processo de urbanização vivenciado por esta capital desde o período áureo da borracha, nos leva a sustentar que ela não pode ser compreendida apenas a partir da paisagem urbana, mas também das relações sociais de produção que estabeleceram modos de vida e que recriam e delineiam as formas de expropriação numa sociedade desigual.

Assim, a política habitacional deve então, deixar de ser uma ação isolada, pontual, emergencial e residual para tornar-se um ação planejada, programada técnica e financeiramente, além de articulada com outras políticas, garantindo assim uma atenção

⁷ Aqui entendida como instrumento de análise e articulação de “múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referência normativas, relativamente abertas e plurais” (SCHERER-WARREN. In: GONH, Maria da Glória, 2010, p. 35).

⁸ Aqui entendido como aquele que engloba tanto o meio ambiente natural quanto o meio ambiente transformado, resultado da ação do homem e da sociedade, ou seja, o meio ambiente na e da cidade.



integral, proteção social e defesa dos direitos, princípios defendidos pelo ideário da sustentabilidade.

A garantia do acesso ao direito a moradia digna apontado na Constituição Federal/88 através da luta da sociedade civil organizada, bem como da efetivação de programas que atendam a demanda específica das famílias vulneráveis e fora do mercado formal de trabalho, como o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, são apontados como um reflexo da luta por políticas que coloquem em xeque a forma de desenvolvimento onde o mercado e o consumo são suas principais referências.

Daí a experiência do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea e dos movimentos sociais de luta por moradia ser um marco na nova forma de referir-se a garantia do direito a participação e controle social, com referências a implementação de processos de informação e formações sistemáticas para a sociedade civil organizada, que garanta a efetividade de políticas de habitação que idealizem além de casas, idealizem a construção de pessoas.

REFERÊNCIAS

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **CENSO**, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

SCHERER, Elenise. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: O avesso do progresso. In: _____. (Org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

SOUZA, Norma Maria Bentes de. Condições de vida, trabalho e rendimento nas áreas rurais e urbanas do Estado do Amazonas. In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2003.